

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO



Relatório de Monitoramento de Resultados

4º Trimestre de 2025



Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outros.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Thiago Ivanoski Teixeira

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Reinaldo da Cruz Garcia

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Eduardo Cabral Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos – CGR

João Pedro dos Santos Rodrigues – Gestor

Sérgio Lucio G. Miranda – Analista de Gestão Corporativa

George André Galvão Esteves – Analista de Gestão Corporativa

Leonardo Serrano de Oliveira – Analista de Gestão Corporativa

Gal Moreira Silva Vieira Carrez – Estagiária

Laise Dias Fontes - Estagiária

Maria Eduarda de Araújo Barcellos - Estagiária

(Composição em 13/01/2026)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Fabio de Almeida Rocha

Charles Carvalho Guedes

Denilvo Moraes

Elisa de Oliveira Alves

Fernando Colli Munhoz

CONSELHO FISCAL

Adriana de Souza Oliveira

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula

Felissa Sousa Alarcon

COMITÊ DE AUDITORIA

Claudia Carvalho Posdnyakov

José Luiz de Souza Gurgel

Paulo Roberto Reichelt Ayres

Membros do Comitê de Riscos da EPE

Thiago Guilherme Ferreira Prado – PR

Carlos Eduardo Cabral Carvalho – DGC

João Pedro dos Santos Rodrigues - CGR

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) no 4º trimestre de 2025. Esta tarefa foi realizada atendendo a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PDG-008-COA), a Política de Integridade e Anticorrupção (PDG-011-COA) e as competências estipuladas para a CGR contantes no Artigo 122 do Estatuto Social, aprovado na 20ª Assembleia Geral Extraordinária, em 17 de abril de 2025.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), atendendo o objetivo do ciclo do PEI de 2025-2029: “Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Destaca-se que a elaboração e divulgação do presente relatório é realizada com o grau de detalhamento adequado à complexidade e escopo do funcionamento da EPE.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir estão listados os principais trabalhos e resultados alcançados pela área CGR neste trimestre:

- Governança e Integridade;
- Gerenciamento de Riscos;
- Sistema Normativo;
- Segurança da Informação e Comunicações;

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3.1. GOVERNANÇA E INTEGRIDADE

3.1.1. INDICADOR DE GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS – IG-SEST

No âmbito da Governança, foi dada continuidade ao processo de avaliação do IG-Sest – Indicador de Governança de Políticas Públicas. O objetivo do IG-Sest é estimular práticas modernas de governança corporativa, promover o alinhamento das empresas estatais às políticas públicas nacionais e incentivar a inovação e o compartilhamento de boas práticas.

Nos meses de outubro e novembro foram realizadas as etapas de devolutiva de questões com divergência entre o parecer da Sest/MGI e a resposta da empresa e de recebimento de complementação documental ou das justificativas pela empresa.

A avaliação foi realizada a partir de três dimensões: Governança Corporativa, Políticas Públicas e Boas Práticas e Inovação, e as empresas participantes foram classificadas em cinco Faixas de Maturidade: Inicial, Básica, Intermediária, Avançada e Excelência. A EPE ficou em primeiro lugar entre as empresas do setor de Petróleo, Gás e Energia nas dimensões de Governança Corporativa e de Políticas Públicas, atingindo a pontuação equivalente à Faixa de Maturidade de Excelência nas duas dimensões. Já na dimensão de Boas Práticas e Inovação, a EPE atingiu a Faixa de Maturidade Avançada, ficando em segundo lugar entre as empresas do setor.

3.1.2. RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO – RNV/CNODS

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), durante o período também ocorreu a participação no Relatório Nacional Voluntário (RNV), conforme solicitação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS). No âmbito do relatório foram avaliados 30 itens, incluindo a apresentação de três ações da EPE com impacto na implementação da Agenda 2030 e alinhadas aos objetivos, metas e indicadores dos ODS.

3.1.3. PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - PNTP

A EPE conquistou o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A EPE alcançou a 6ª posição entre as 54 organizações federais avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com Índice do Nível de Transparência de 97,56%.

3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.2.1. COMITÊ DE RISCOS

Conforme reportado no trimestre anterior, o modelo de funcionamento do Comitê de Riscos passou por reformulação. Durante o 4º trimestre, a proposta de novo Regimento Interno do Comitê de Riscos foi revisada e, atualmente, a proposta reencontra-se em trâmite de avaliação e aprovação.

3.2.2. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS

Durante o período, o processo identificação, análise e tratamento de riscos operacionais, que envolve as etapas de levantamento de riscos, identificação de causas e consequências, avaliação de riscos inerentes e residuais, e estabelecimento de ações de tratamento, foi interrompido devido à greve, sendo retomado no trimestre posterior.

3.3. SISTEMA NORMATIVO

No período, foram analisadas minutas de normativos internos, das quais seis tiveram pareceres finalizados e entregues, conforme listado abaixo:

- Parecer CGR/EPE nº 29/2025 – Revisão do Código de Ética;
- Parecer CGR/EPE nº 30/2025 – Revisão da Norma de Cessão e Requisição de Empregados;
- Parecer CGR/EPE nº 31/2025 – Revisão do Regulamento Disciplinar;
- Parecer CGR/EPE nº 32/2025 – Revisão do Regimento Interno do CGRIC;
- Parecer CGR/EPE nº 33/2025 – Criação da Norma para Atendimento ao Controle Externo;
- Parecer CGR/EPE nº 34/2025 – Revisão Plano de Cargos e Funções.

Dentre os pareceres citados, cabe destacar o Parecer CGR/EPE nº 32/2025, que trata sobre a revisão do Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC). O novo Regimento Interno busca atualizar as competências e a composição do CGRIC, além de fixar as novas regras relativas ao seu funcionamento. O Regimento Interno do CGRIC assegura a integração das suas atividades com o planejamento e o processo corporativo, garantindo a efetividade do CGRIC no cumprimento das demandas estratégicas da EPE.

Adicionalmente, destaca-se também o Parecer CGR/EPE nº 33/2025, que trata sobre a criação Norma para Atendimento ao Controle Externo. O novo normativo tem por objetivo estabelecer as regras, as responsabilidades e os procedimentos para o recebimento, o tratamento interno e as respostas às demandas recebidas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por fim, encontra-se em andamento o processo de revisão da Norma de Elaboração de Instrumentos Normativos (Norma Mater).

3.4. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

No quarto trimestre de 2025 foi finalizado o processo de contratação de consultoria para a realização do serviço de teste de penetração da rede do escritório central (PENTEST). O Serviço consiste na simulação de um ataque cibernético à rede de computadores da EPE através da VPN. A contratação tem como objetivo o melhoramento contínuo da segurança cibernética da Empresa. Para a prestação do serviço, foi contratada a consultoria Secutity Ecosystem Knowledge (SEK), no valor total do contrato de R\$ 40.260,99, tendo sido realizada a reunião de kickoff e a mobilização da equipe da contratada.

Foi terminado o Portal do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio - SGCN, que permitirá acesso aos documentos produzidos no âmbito do projeto pelos representantes dos processos críticos. Além dos Planos de Continuidade Operacional, que poderão ser alterados pelos responsáveis, estarão disponíveis para consultas os Relatórios Estratégicos, os Planos de Testes e o Resultado dos Testes Aplicados.

No âmbito do Comitê de Segurança da Informação, foram realizadas 2 reuniões ordinárias, em outubro e em dezembro. A reunião de novembro não foi realizada devido à greve, tendo sido realizada uma reunião extraordinária durante a greve, por solicitação da Superintendência de TI. Foi ainda iniciado o planejamento das atividades para o ano de 2026.

4. CONCLUSÕES

No quarto trimestre de 2025, a CGR apresentou avanços nas áreas de governança, integridade, riscos, conformidade e segurança da informação.

Em relação à governança e integridade, a empresa obteve sucesso significativo na avaliação do Indicador de Governança e Políticas Públicas das Empresas Estatais – IG-SEST. Após a conclusão da avaliação e a divulgação do Relatório Sintético do 7º ciclo de avaliação, publicado em 31/12/2025, a EPE alcançou o nível de maturidade de Excelência nas dimensões de Governança Corporativa e de Políticas Públicas, ficando em primeiro lugar entre as empresas do setor de Petróleo, Gás e Energia, e nível de maturidade Avançada na dimensão de Boas Práticas e Inovação, ficando em segundo lugar entre as empresas do setor. Durante o 4º trimestre a empresa também participou do Relatório Nacional Voluntário, a partir de solicitação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e conquistou o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública, do Tribunal de Contas da União.

Em relação aos processos de conformidade e gestão de riscos, parte das atividades foram prejudicadas em decorrência da greve. No período, foi dada continuidade à reformulação do Comitê de Riscos, com a revisão do seu Regimento Interno. Também foi avaliada a minuta da Norma para Atendimento ao Controle Externo, que se encontra em processo de aprovação, e foi dada continuidade ao processo de revisão da Norma de Elaboração de Instrumentos Normativos (Norma Mater).

Por fim, a área de Segurança da Informação atingiu os resultados esperados no Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio, iniciou o projeto do PENTEST programado para o ano de 2025 e manteve ativo e funcional o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.